

**Joserley Oliveira Bezerra  
Ozivan Lucena de Brito**

**Direitos humanos e  
segurança pública  
no Brasil**

*Gease2025*



**Joserley Oliveira Bezerra  
Ozivan Lucena de Brito**

**Direitos humanos e  
segurança pública no  
Brasil**

*Gease2025*

## CONSELHO EDITORIAL

Patrício Borges Maracajá - UFCG  
Tatiana Cristina Vasconcelos - UEPB  
Ennio Artur Aires Porto Ferreira - UNIFIP  
Aline Carla de Medeiros - UFCG  
José Ozildo dos Santos - UFCG  
Aline Carla de Medeiros - UFCG  
José Givaldo de Sousa - UNIP/UNIFIP  
Danielly Carneiro de Azevedo - UFCG  
Fernando Kidelmar Dantas de Oliveira - UFCG  
Jakson Luís Galdino Dourado - UNIFIP  
Aleksandra Vieira de Lacerda - UFCG  
Silvia Regina Gobbo Rodrigues - UnB  
Juliana Roriz Aarestrup - IFMT  
Marisa Artmann - IFMT  
Ênnyo José Barros de Araújo - FRCG  
Samara Campos de Assis - UNIFIP  
Rosângela Vieira Freire - IFCE  
Eriana Serpa Barreto - UFMT

### FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

S456

Bezerra, Joserley Oliveira; Brito, Ozivan Lucena de. **Direitos humanos e segurança pública no Brasil**. Campina Grande-PB: GEASE, 2025.

46 p.

Livro digital

1. Direitos Humanos. 2. Segurança Pública. 3. Contribuições e promoção. I. Título. II. Autores.

CDU: 351.759.6

Negar ao povo os seus direitos humanos é pôr em causa a sua  
humanidade. Impor-lhes uma vida miserável de fome e  
privação é desumaniza-lo.

**Nelson Mandela**



# **Direitos humanos e segurança pública no Brasil**





# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>Direitos Humanos: A valorização do ser humano.....</b>	<b>15</b>
<b>A segurança pública no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>Direitos humanos e segurança pública.....</b>	<b>35</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>41</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>43</b>



# Apresentação

Nas últimas décadas, a Segurança Pública tem sido um tema bastante discutido no Brasil. Na realidade, ela representa um grande problema para os poderes públicos, visto que os aparatos policiais não estão conseguindo reduzir o avanço crescente da criminalidade.

Enquanto temática, a Segurança Pública possui uma grande importância, sendo discutida amplamente no meio acadêmico e também em todos os estratos sociais, mesmo que de forma empírica. Isto porque, *“independentemente da classe social e das condições individuais”*, as questões da Segurança Pública afetam a todos (DEGRAF; SANTIN; COSTA, 2020, p. 22).

É importante ressaltar que nas últimas décadas a Segurança Pública adquiriu importância junto à sociedade brasileira, em decorrência do aumento da violência e da sensação de insegurança na qual vive a população. Tudo isto tem exigido um maior trabalho por parte dos agentes da Segurança Pública.

Entretanto, deve-se reconhecer que *“a segurança pública é um direito relacionado à ausência de delitos, danos e prejuízos, ao mesmo tempo, em que é um dever a ser desenvolvido pelos órgãos públicos responsáveis e pela sociedade em geral”* (SERRANO, 2010, p. 111).

A partir deste entendimento, facilmente se consegue compreender qual a finalidade da Segurança Pública. Esta consiste em garantir a cidadania de todos, observando os limites definidos pela legislação vigente. Enquanto direito garantido constitucionalmente, a Segurança Pública volta-se para a proteção da vida do cidadão, ou melhor, para a proteção de direitos difusos e coletivos, demonstrando que não há como não relacioná-la aos Direitos Humanos.

Acrescentam Degraf; Santin e Costa (2020, p. 35) que *“inegável é a perspectiva da segurança pública enquanto direito humano e direito fundamental social”*. Entretanto, quando se trata da operacionalização de tal direito, esta *“se dá através do serviço público, no caso o serviço público de segurança pública, o qual é prestado por diversos entes estatais”*.

Seguindo o mesmo raciocínio, Menezes (2009, p. 12) esclarece que *“os direitos humanos devem ser observados em toda atividade estatal que vise à prevenção ou repressão ao crime”*. Isto porque os indivíduos ‘suspeitos’ ou formalmente acusados também são sujeitos titulares de direitos e precisam ter garantido a sua dignidade como pessoas humanas.

Por estas e por várias razões, não há como desassociar a Segurança Pública dos Direitos Humanos. Ademais, existe o consenso de que, enquanto direito social, a Segurança Pública também está inserida no rol dos Direitos Humanos.

Logo, considerando tudo o que já foi aqui exposto, com o desenvolvimento da presente pesquisa procurou-se respostas para o seguinte questionamento: É possível correlacionar a Segurança Pública aos Direitos Humanos?

Segurança Pública e Direitos Humanos são duas temáticas que ganharam importância com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988. Na atualidade, tais temas são bastante questionados, principalmente quando se diz que os Direitos Humanos “defendem os bandidos” e não há como associá-los à Segurança Pública.

Os Direitos Humanos são frutos de conquistas históricas. Desde a aprovação de sua Declaração Universal ocorrida em 1948, tais direitos vêm cada vez mais se internalizando, ganhando espaços nos textos constitucionais de diversos países (SERRANO, 2010).

No Brasil, os Direitos Humanos foram positivados na Constituição Federal de 1988, que também ampliou o conceito de Segurança Pública, inserindo-a no rol dos direitos por ela positivados. Em decorrência das disposições constitucionais, a Segurança Pública ganhou um viés mais democrático, em respeito aos Direitos Humanos (ARDENGHI; SCARIOT; BARRO, 2017).

Na realidade, a Carta Magna vigente ao reconhecer a Segurança Pública como um “*dever do Estado*” e um “*direito e responsabilidade de todos*”, inseriu-a no rol dos Direitos Humanos, fazendo com que todas as atividades dos serviços de segurança pública fossem sempre desenvolvidas respeitando tais direitos e observando o princípio da dignidade humana, considerado o epicentro do ordenamento jurídico pátrio.

Logo, percebe-se que o tema escolhido para a presente produção acadêmica se reveste de grande importância e isto

por si só justifica a sua escolha. Assim sendo, a presente produção acadêmica tem por objetivo promover uma articulação programática entre os Direitos Humanos e a atuação do Estado na esfera da segurança pública.

# Direitos Humanos: A *valorização do ser humano*

Na atualidade, muito se tem falado em Direitos Humanos, apresentando-os como garantias necessárias à vida em sociedade. Frutos de lutas históricas que remontam à antiguidade clássica, os Direitos Humanos precisam ser valorizados e protegidos. Pois, toda e qualquer afronta a tais direitos representa uma afronta à dignidade da pessoa humana.

Os Direitos Humanos, de acordo com Ardenghi (2017, p. 2), *“representam uma conquista da humanidade, introduzindo a ideia de proteção do ser humano e da dignidade humana. A partir disso, a pessoa humana passa a ser respeitada e vista como um sujeito detentor de direitos”*.

A finalidade dos Direitos Humanos é a proteção do cidadão, é o respeito à dignidade, é a garantia da liberdade e da livre manifestação do pensamento, direitos estes que já se encontram inseridos nos textos constitucionais em vários países do mundo.

Enquanto sinônimo de valorização da pessoa humana, os Direitos Humanos promovem a igualdade entre os seres humanos, tornando a sociedade mais humana e justa.

## **Ilustração 1: Direitos humanos e valorização do ser humano**



Fonte: [www.caminhosdamente.com.br](http://www.caminhosdamente.com.br)

Comentando a situação atual dos direitos humanos, Santos e Urrutigaray (2012, p. 180) destacam que:

A proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana foi plantada, no seio das diversas sociedades ocidentais, paulatinamente através dos tempos e pode se resumir, numa ótica de relação direta Estado-cidadão, na proteção dispensada às pessoas contra



abusos cometidos pelo Estado, por meio de seus agentes, instituições e mecanismos. Essa proteção se dá com a existência de direitos e garantias positivados nos mais diversos ordenamentos legais.

Na forma demonstrada, os Direitos Humanos são frutos de um processo histórico e visam garantir que o cidadão não tenha os seus direitos violados pelo próprio Estado, através de seus agentes, instituições ou mecanismos. Enquanto garantias, os Direitos Humanos já se encontram positivados nos ordenamentos jurídicos de vários países, principalmente no mundo ocidental.

### **Ilustração 2: Compromisso com os direitos humanos**



Fonte: <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/direitos-humanos>

Segundo Flores et al. (2021, p. 994), a conquista dos Direitos Humanos “foi sem dúvida um grande avanço para as

*Nações que viviam sob domínio de reis e também dos Estados que, por possuírem poderes, escravizavam a população, isto responde então para que precisamos dos Direitos Humanos”.*

As conquistas dos Direitos Humanos não ocorreram de imediato. Foram sendo consolidadas pouco a pouco, ao longo dos séculos, como resultados de muitas lutas, incorporando as transformações que se registraram na sociedade.

É importante ressaltar que o processo de construção histórica dos direitos humanos *“propiciou a valorização do homem e o seu reconhecimento como ser autônomo e em igualdade aos outros”*. Atualmente, graças a este amplo e contínuo processo de lutas, os Direitos Humanos encontram-se consagrados como *“um conceito moderno de humanidade que valoriza os princípios da dignidade humana, da solidariedade, da fraternidade e da igualdade”* (ARDENGHI, 2017, p. 2).

De forma complementar, resalta Borges (2009, p. 69) que *“os Direitos Humanos têm o potencial de serem ampliados socialmente na medida em que é por sua linguagem que se expressam as insatisfações e as demandas pelo reconhecimento das identidades e dos interesses dos agentes sociais”*.

O fortalecimento dos direitos humanos se dá mais facilmente quando se tem uma sociedade mais consciente. Quando se tem uma sociedade mais participativa, que saiba exigir, que saiba reivindicar, que saiba discutir seus problemas e também contribuir para a solução dos mesmos, os direitos humanos são fortalecidos.

**Ilustração 3: Direitos Humanos e participação popular**



Fonte: <https://www.almg.gov.br/comissãodireitoshumanos>

Na realidade, a participação popular é um dos mecanismos de fortalecimento dos direitos humanos. Desta forma, deve-se incentivar a participação popular em todos os debates relacionados à promoção dos direitos humanos.

De acordo com Santos e Oliveira (2015, p. 141):

O reconhecimento de direitos concernentes ao ser humano acompanhou as transformações e a evolução da sociedade, de modo que é possível apontar “gerações de direitos” que representam a conquista de direitos políticos (liberdade), sociais (igualdade) e coletivos (solidariedade).

Os Direitos Humanos possuem um caráter transnacional, acentuando a dinâmica dos direitos de cidadania e fortalecendo os chamados direitos sociais, coletivos e políticos, absorvendo todas as transformações que se processam na sociedade. Ao longo do processo de construção dos Direitos Humanos, muitas conquistas foram registradas em todas as áreas da atividade humana.

#### **Ilustração 4: Ampliação dos direitos humanos**



**Fonte:** <https://visao.pt/visaojunior/2016-12-11-o-que-sao-os-direitos-humanos/>

Entretanto, em alguns países registram-se verdadeiros contrassensos, demonstrando que tais direitos são complexos. Para tanto, basta citar que os Estados Unidos da América,

embora não tolerem a tortura e o castigo cruel, utilizam-se da pena de morte (TSUNODA; BORGES, 2009).

Toda a evolução dos Direitos Humanos ao longo da História, na opinião de Lopes (2021, p. 87817), *“serviu para dar garantias fundamentais aos indivíduos, bem como coibir e proibir que supostas violações a dignidade da pessoa humana venham a ser cometidas, seja em tempo de paz ou de guerra”*.

**Ilustração 5: Sessão da assembleia da ONU que aprovou a Declaração Universal, em 10 de dezembro de 1948**



Fonte: <https://www.conjur.com.br>

Nos últimos anos têm se intensificado os debates sobre os Direitos Humanos no contexto internacional, produzindo *“inúmeras perspectivas acerca de sua validade, formas de implementação e os reais objetivos”*. Entretanto, *“mesmo diante desta dificuldade de compreensão”*, o certo é que toda ação voltada para a defesa de tais direitos, encontra-se *“pautada pelo respeito*

à dignidade da pessoa humana” (TSUNODA; BORGES, 2009, p. 75).

Comentando a evolução dos Direitos Humanos no Estado brasileiro, Santos e Oliveira (2015, p. 141) ressaltam que:

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 positivou os direitos humanos como princípio do Estado Brasileiro, ao trazer para o ordenamento jurídico a previsão constitucional da dignidade da pessoa humana como garantia fundamental. Desde então, várias ações vêm sendo implantadas para a consolidação deste princípio.

A dignidade da pessoa humana, fortalecida pelas conquistas registradas nos Direitos Humanos, tornou-se um princípio acolhido por vários ordenamentos jurídicos. Foi, portanto, o que ocorreu no Brasil, com o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988, que transformou a dignidade da pessoa humana no epicentro de todo ordenamento jurídico pátrio.

A partir disto, os Direitos Humanos passaram a ter uma maior dimensão no Brasil. O Estado acatou para si a missão de implementar e efetivar as garantias dos Direitos Humanos. No entanto, a sociedade também tem um papel muito importante nesses processos. E para tanto, ela precisa ser mais participativa e vigilante.

Entretanto, observam Tsunoda e Borges (2009, p. 76) que:

Não basta que os direitos humanos estejam inscritos nas leis brasileiras. É necessário que se garanta verdadeiramente as condições para o exercício desses direitos enunciados. Além disso, como a questão dos direitos humanos faz parte de nosso cotidiano, não devemos tratá-la de forma parcelada, estanque. A todo instante, a sociedade civil deve estar em alerta contra as distintas formas de violações dos direitos humanos.

Os Direitos Humanos necessitam de um maior envolvimento social. Eles foram instituídos, principalmente, para garantir a dignidade da pessoa humana. A garantia legal não é tudo. É preciso que a sociedade se envolva nos processos de promoção e de defesa dos Direitos Humanos. Sem esse envolvimento, sem essa participação, sem conscientização por parte da sociedade, tais direitos são facilmente violados. A sociedade precisa ser vigilante e saber exigir que o Estado cumpra o seu papel na promoção dos Direitos Humanos.





# A segurança pública no Brasil

A Segurança Pública representa um complexo sistema integrado. Sua função é assegurar a defesa dos direitos civis e individuais e contribuir para o pleno exercício da cidadania. Seu início dá-se com a prevenção e seu final é assinalado com a reparação do dano porventura feito ao cidadão ou à coletividade (BARRETO, 2011).

De acordo com Castilho; Alves e Afonso (2016, p. 84), *“nos tempos atuais, compreende-se que a segurança pública é um conjunto de medidas adotadas pelo Estado, cuja função precípua é a prevenção e repressão da criminalidade e da violência”*.

O conceito de Segurança Pública está em constante revisão, sempre levando em consideração as particularidades da sociedade, que também se transforma. Ela existe para proteger a vida e a integridade do cidadão, bem como seu patrimônio. Por essa razão, é inegável a importância que ela assume no mundo todo, dando *“estabilidade interna aos governos”*, dando-lhes condições de *“continuidade de um projeto de Estado, na construção de uma nação com paz social”* (DEGRAF; SANTIN; COSTA, 2020, p. 38).

De acordo com Silveira e Santos (2017, p. 215):

[...] a segurança pública consiste em um instrumento que visa a coibir qualquer forma de perturbação do bem-estar social, seja por meio dos aparatos policiais de segurança preventiva ou repressiva, seja por meio de políticas sociais que buscam educar os cidadãos para uma vida pacífica.

A promoção do bem-estar social representa a razão da existência da Segurança Pública, que pode ser promovida através dos aparatos policiais e de políticas públicas com foco no cidadão. Através da Segurança Pública é possível proporcionar uma vida pacífica em sociedade.

No entanto, observam Degraf; Santin e Costa (2020, p. 37) que:

Em decorrência da ausência da segurança pública em determinados locais, se tem muitas vezes o sentimento coletivo da sensação de insegurança. Isto é algo que perturba as pessoas, uma vez que a insegurança pública gera inúmeros problemas relacionados ao medo da violência e o distanciamento do acesso de outros direitos estabelecidos.

Analisando-se a citação acima, facilmente se percebe a importância da Segurança Pública. Sua falta representa a instabilidade social, trazendo diversas consequências para a população, deixando-a à mercê da própria sorte, permitindo que a violência se prolifere e atinja os níveis mais elevados,

favorecendo a violação dos Direitos Humanos de diferentes formas.

**Ilustração 6: Efetivo policial da segurança pública do DF**



Fonte: <https://www.vozdebrasil.com.br/efetivo-de-profissionais-de-seguranca-publica-no-brasil/>

Fazendo uma abordagem sobre a Segurança Pública, Barreto (2011, p. 2) destaca que:

[...] o conceito de segurança pública é amplo e está para além da existência da polícia e do combate à criminalidade. Enquanto atividade de cunho estatal é responsável por elaborar e executar ações repressivas, mas também ações que ofertem estímulos ativos para a convivência em sociedade e assim subsidiar condições para que os cidadãos possam trabalhar,

produzir, se divertir, protegendo-os de possíveis riscos a que possam estar expostos.

Além de amplo, o conceito de Segurança Pública é de difícil construção, pois ela em si não se resume apenas aos aparatos policiais voltados à prevenção e ao combate à criminalidade. Ela é estruturada a partir de um conjunto de políticas públicas, que além de contemplar o trabalho realizado pelos aparatos policiais, também privilegia a inclusão e a educação do cidadão.

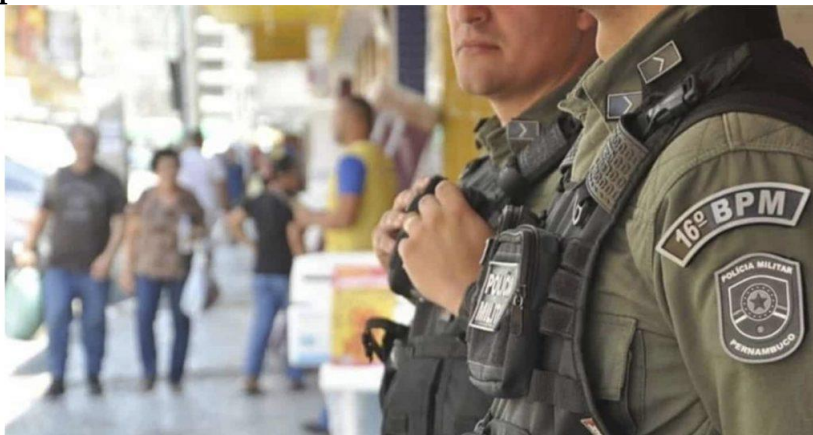
Segundo Degraf; Santin e Costa (2020, p. 30):

A segurança pública é inegavelmente um direito fundamental social, conforme o texto constitucional e a hermenêutica de sua interpretação. Mais difícil do que classificar como tal, é a efetivação concreta de tal direito tão caro a uma sociedade desigual e injusta como a brasileira; daí a importância no constante aprimoramento das políticas públicas para a busca de manter os projetos que dão resultados positivos e alterar os projetos com resultados não satisfatórios. A busca por serviços públicos com melhor qualidade passa pela adequação destes na busca pelas melhorias.

Na forma demonstrada, além de possuir um conceito complexo, a Segurança Pública trata-se de algo de difícil implementação, que exige um sólido planejamento e uma boa qualificação para seus agentes. A sociedade brasileira apresenta-se de forma diferenciada e lidar com as demandas que partem dela também não é algo muito fácil. E muitas

vezes, o aparato das forças públicas não consegue, de prontidão, apresentar a resposta esperada.

**Ilustração 7: A polícia militar e a promoção da segurança pública**



**Fonte:** <https://fabiobarros.com/origem-problemas-seguranca-publicacao-brasil/>

No entendimento de Ferrer (2007, p. 111), “a Segurança Pública tem por finalidade precípua a preservação e manutenção da ordem pública, com uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência”.

Diante disto, pode-se dizer que quando há Segurança Pública, a coletividade se sente mais confiante. Na prática, havendo Segurança Pública, a integridade da sociedade é zelada. É através da Segurança Pública que o Estado - através de uma planejada atividade de vigilância - consegue prevenir e reprimir as condutas delituosas.

Esclarecem Degraf; Santin e Costa (2020, p. 31) que:

[...] a segurança pública é um dos principais serviços públicos prestados pelo Estado, mas também possui componentes de participação social de todos os indivíduos. De modo que há uma busca permanente da população pela garantia e continuidade da prestação estatal aqui mencionada, mas esta não deve ser vista apenas como uma retribuição estatal, mas também como uma construção coletiva de toda a sociedade brasileira.

Embora, em respeito aos princípios constitucionais, o Estado tenha a responsabilidade de promover a Segurança Pública, a sociedade civil - de forma consciente e responsável - também pode e deve dar a sua contribuição objetivando o bem da ordem pública. Isto porque o maior beneficiário sempre será a própria sociedade.

É importante ressaltar que a concepção de Segurança Pública atualmente adotada no Brasil é recente. Ela começou a ser estruturada no final da década de 1980, logo após a promulgação da atual Constituição Federal, que *“alargou o conceito de Segurança Pública, reconhecendo-a como direito individual e coletivo e atribuindo responsabilidades àqueles que devem exercê-la”* (serrano, 2010, p. 107).

Na opinião de Silva (2011, p. 86), *“a abordagem da Segurança Pública se torna um tema de profunda complexidade devido a vários fatores que o envolvem. Dentre eles, destaca-se o fenômeno da violência enquanto fato social presente em nossa sociedade”*.

Entretanto, o problema não termina aí. A própria Segurança Pública no Brasil ainda possui resquícios da

ditadura militar, que era caracterizada pelo autoritarismo. Analisando esta situação, Barreto (2011, p. 3) ressalta que:

O sistema de segurança pública brasileiro traz em suas raízes muito da influência militar advinda do período ditatorial. Durante a ditadura, a Doutrina da Segurança Nacional associava toda forma de dissenso ao comunismo. Havia assim uma vinculação direta entre a segurança pública e a Doutrina de Segurança Nacional. Tal vinculação transformou as violações dos direitos humanos em instrumento recorrente para garantir os interesses de quem estava no poder.

É importante ressaltar que durante a ditadura militar os Direitos Humanos foram amplamente violados no Brasil e que a chamada Doutrina da Segurança Nacional, implantada pelo regime vigente, influenciou em muito as forças policiais, ao ponto de ainda ser possível encontrar vestígios dessa influência em algumas corporações, a exemplo da polícia militar, fato bastante explorado pela mídia na atualidade.

Embora a Segurança Pública tenha recebido uma nova definição por parte da Constituição Federal de 1988, seu aparato coercitivo *“sofreu poucas mudanças formais e informais em relação ao antigo regime autoritário”* (NÓBREGA JÚNIOR, 2019, p. 13), fatores que em muito contribuem para se questionar muitas das ações promovidas pelas polícias brasileiras em relação ao combate à criminalidade.

Ademais, algumas corporações continuam formando seus agentes para atuarem no século XXI, utilizando uma metodologia e um conjunto de abordagens que, no final do

século passado, com a volta da democracia, tornaram-se desatualizadas.

Apesar de tudo, não se pode desconhecer que com a Constituição Federal de 1988 ocorreu uma mudança de paradigma na Segurança Pública brasileira. Isto porque a Carta Magna vigente institui um novo modelo de Estado, oportunidade em que se deixou de lado o Estado-policial, *“onde as forças policiais eram tidas como a longa manus da Administração pública no sentido de repressão das massas, haja vista o estado de exceção atravessado pelo país”*, representado pela ditadura militar (SANTOS; URRUTIGARAY, 2012, p. 189).

Os novos paradigmas estabelecidos pela Constituição Cidadã para a Segurança Pública encontram-se voltados para *“o respeito aos direitos humanos do cidadão brasileiro”* (SANTOS; URRUTIGARAY, 2012, p. 189). E, a partir da atual Carta Magna, a Segurança Pública no Brasil vem buscando contribuir com a promoção dos direitos humanos, assumindo uma postura centrada nos princípios constitucionais.

A atual Constituição Federal também disciplina todas as atividades de Segurança Pública, desenvolvidas pelo Estado brasileiro, servindo de instrumento norteador para a legislação infraconstitucional, que normatiza *“os procedimentos para atuação das polícias em todo o território nacional”* (BEVILACQUA; VALVERDE, 2022, p. 72).

Quando trata da Segurança Pública, a Carta Magna vigente estabelece *‘in verbis’* que:



Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital (BRASIL, 2023, p. 110).

A leitura das disposições contidas no *caput* do artigo acima transcrito proporciona o entendimento de que a sociedade também é responsável pela promoção da Segurança Pública, cabendo ao Estado o dever de preservar a ordem pública. O artigo em comento também relaciona as instituições policiais existentes no Brasil, pontuando suas responsabilidades e competências/funções nos contextos administrativos e criminais.

Assim, com base no citado artigo, constata-se “*que a Segurança Pública é uma garantia de proteção e estabilidade de situação ou pessoa*”. Desta atividade, encontra-se incumbido o Estado, “*por meio dos serviços prestados pelos órgãos referidos ao final do caput do art. 144*” (SILVEIRA; SANTOS, 2017, p. 215).

Entretanto, promover a Segurança Pública não é algo fácil. Além de um bom planejamento, é necessário a definição de políticas públicas de segurança, que sejam capazes de contribuir com a resolução dos problemas que comumente

surgem. Acredita-se que grande parte dos problemas hoje enfrentados pela Segurança Pública no Brasil poderiam ser facilmente resolvido se as políticas públicas de segurança fossem transformadas *“em políticas de estado e não, apenas, de governos que se alternam nos processos democráticos de eleições”* (NÓBREGA JÚNIOR, 2019, p. 87).

# Direitos humanos e segurança pública

No contexto atual, a correlação entre Direitos Humanos e Segurança Pública vem sendo amplamente explorada. Vários estudos apresentam a Segurança Pública como sendo um direito que, à semelhança da dignidade da pessoa humana, também encontra-se presente nos Direitos Humanos. E, que por essa razão, deve ser garantida pelo Estado. Entretanto, ao povo também cabe o dever de respeitá-la.

Esclarecem Degraf; Santin e Costa (2020, p. 32) que *“o direito à segurança não é individualmente endereçado, mas voltado para toda a coletividade, garantido não somente aos cidadãos brasileiros, mas a todos os seres humanos que estão em território brasileiro”*.

Quando se analisa a citação acima percebe-se o quanto é abrangente o direito à segurança, facilitando a aproximação entre a Segurança Pública e os Direitos Humanos, que sempre *“devem caminhar juntos para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual”* (DEGRAF; SANTIN; COSTA, 2020, p. 32).

### **Ilustração 8: O papel do estado e os direitos humanos**



Fonte: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>

Existe no direito à segurança a projeção do princípio da solidariedade, que norteia os chamados direitos de fraternidade, incluídos na terceira geração dos Direitos Humanos. O princípio da solidariedade tem por objetivo *“a proteção de direitos difusos e coletivos, dentre os quais está o direito à paz, por essa razão transcendem da esfera individual para a pública”* (CASTILHO; ALVES, 2016, p. 89).

A partir disto, constata-se que não há como não relacionar a Segurança Pública aos Direitos Humanos.

Definida como sendo uma atividade complexa que exige em constante planejamento, *“a Segurança Pública deve ser encarada, dentro de um enfoque constitucional de ponderação de interesses e razoabilidade, como prioridade absoluta”*. Para tanto, é

necessário se fazer a implementação de políticas que contribuam com “a manutenção da ordem e da paz pública”, condição essencial “para a preservação dos direitos fundamentais à vida e à dignidade da pessoa humana” (FERRER, 2007, p. 125).

### **Ilustração 9: A Segurança Pública e a promoção dos Direitos Humanos**



Fonte: <https://noticialivre.com.br/integracao-da-seguranca-publica-com-direitos-humanos-amplia-prevencao-da-violencia-na-bahia/>

Na promoção da Segurança Pública, cabe ao Estado garantir os direitos de todos os cidadãos, estabelecendo uma “articulação programática entre as garantias penais”, visto que também são garantias de direitos humanos. Ademais, “esta articulação visa evitar excessos na atuação do Estado, como a morte indiscriminada de infratores ou de terceiros pela polícia ou o

*encarceramento impróprio pelo sistema prisional” (MENEZES, 2009, p. 5).*

Discutindo a correlação que existe entre os direitos humanos e a Segurança Pública, Barreto (2011, p. 4) destaca que *“sendo a segurança pública pautada na defesa dos direitos e se constituindo ela mesma como direito, o corpo policial nada mais pode ser do que o defensor primordial dos direitos humanos”*.

Na forma demonstrada, o corpo policial precisa ser realmente definido e reconhecido como sendo um defensor dos direitos humanos, desempenhando um papel na sociedade que também contribua para a promoção dos direitos humanos, fazendo com que a sociedade seja melhor.

Num estado democrático como o Brasil, a Segurança Pública como direito humano se faz necessária porque através dela se consegue *“elevar ao patamar de direitos fundamentais, indispensáveis ao desenvolvimento humano e social”* (CASTILHO; ALVES, 2016, p. 91).

Em outras palavras, a Segurança Pública enquanto direito social, também contribui para o desenvolvimento humano, possibilitando que o cidadão viva de forma tranquila e com mais qualidade de vida.

Entretanto, para que isto possa acontecer de forma fácil e frequente, necessário se faz capacitar os agentes da segurança pública. Pois, *“uma boa formação humana permite a formação de bons profissionais e nesse contexto mais ainda, pois a formação dos policiais se configura num dos requisitos essenciais para garantir a todos uma segurança pública de qualidade”* (SILVA, 2011, p. 90).

Avaliando essa necessidade, Ardenghi; Scariot e Barro (2017, p. 7-8) ressaltam que:

A educação em direitos humanos para os profissionais da segurança deve considerar, conforme o plano, que tais profissionais são integrantes categorias diversificadas, com atribuições, formações e experiências bem diferentes, e por tal, é imprescindível respeitar o papel essencial que cada uma dessas categorias exerce junto à sociedade, orientando as ações educacionais a incluir valores e procedimentos que possibilitem tornar seus(suas) agentes em verdadeiros(as) promotores(as) de direitos humanos.

A educação em/para os Direitos Humanos deve ser uma prática frequente na vida dos profissionais que atuam na Segurança Pública, até porque esta também está inserida no rol de tais direitos, positivados pela Constituição Federal vigente. Na realidade, essa prática se faz necessário porque ela contribui de forma direta para a consolidação do paradigma definido para a Segurança Pública pela Constituição vigente. E mais ainda, porque o agente da Segurança Pública também precisa ser um instrumento de promoção dos Direitos Humanos.

Informam Santos e Oliveira (2015, p. 141):

No âmbito da Segurança Pública, as ações implantadas têm o propósito de redimensionar o trabalho policial à luz dos princípios estabelecidos pelos direitos humanos. Como exemplo, programas

de direitos humanos foram incluídos na grade curricular dos cursos das Academias de Polícia.

Nota-se que é cada vez maior o envolvimento dos agentes da Segurança Pública com os Direitos Humanos. De forma paulatina, tem aumentado também a participação de policiais em cursos na área dos Direitos Humanos, principalmente, ao nível de pós-graduação, fato que demonstra que tais profissionais estão buscando uma maior e melhor qualificação.



# Considerações Finais

Ao longo da presente pesquisa ficou demonstrado que existe uma correlação entre Direitos Humanos e Segurança Pública e que esta última teve o seu conceito ampliado pela atual Constituição Federal, devendo, para tanto, adotar um paradigma que esteja relacionado à promoção dos direitos positivados no ordenamento jurídico brasileiro.

Constatou-se que as forças policiais brasileiras ainda conservam consigo resquícios do autoritarismo comum durante o período da ditadura militar, que governou o Brasil por mais de duas décadas. E que esta situação sempre é explorada pelas mídias, principalmente quando se registram casos de violência policial.

Pode-se também perceber que o policial, enquanto agente de promoção da Segurança Pública, também deve ser um defensor dos direitos humanos. Para tanto, precisa ser qualificado nesse sentido. Com isso, espera-se que, no exercício de suas funções, tal agente não faça uso abusivo da violência em suas ações, apresentando um mesmo tratamento policial para pessoas, sem levar em consideração classe social ou etnia.

Outra importante conclusão proporcionada pela realização desta pesquisa foi o entendimento de que a Segurança Pública se equipara aos serviços de saúde e de

educação ofertados pelo Estado, que por sua vez, sempre terá uma significativa margem para melhorias. Tal realidade mostra que a Segurança Pública necessita sempre buscar melhorar sua atuação, primando pelos Direitos Humanos em respeito à Constituição vigente.

# Referências

ARDENGHI, Luciana Borella Camara; SCARIOT, Nadia Awad; BARRO, Jusieli. Educação em direitos humanos: perspectivas na formação do profissional de segurança. V Seminário Internacional de Direitos Humanos e democracia, Ijuí-RS, 25, 26 e 27 de outubro de 2017. **Anais...**

BARRETO, Taynan Barbosa Mendes. Polícia brasileira: defensora ou violadora dos direitos humanos? Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 23 a 26 de agosto de 2011. **Anais...**

BEVILACQUA. Solon; VALVERDE, Marcos Cesar Silva. Segurança pública e direitos humanos: uma análise dos processos de aquisição de equipamentos e tecnologias na Secretaria de Segurança Pública de Goiás nos anos de 2019 e 2020. **RIBSP**, v. 5, n. 11, p. 71-80, jan.-abr., 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal/Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.

CASTILHO, Ana Flávia de Andrade Nogueira; ALVES, Fernanda Mendes Sales; ALONSO, Ricardo Pinha. Segurança pública no Brasil e a paz social. **RJLB**, v. 2, n. 5, p. 79-104, 2016.

DEGRAF, Guilherme; SANTIN, Valter Foletto; COSTA, Ilton Garcia da. Segurança pública brasileira: direito fundamental

social participativo. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 6, n. 2, p. 21-41, jul-dez., 2020.

FERRER, Flávia. Direito à segurança. **Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro**, n. 26, p. 109-125, jul.-dez., 2007.

FLORES, Higor Serra; PIRES, Diego Canabarro; CRAUSS, Mateus; GOMES, Vinicius Machado; SILVEIRA, Alexandre Souza; MORO, Filipe dos Santos. Atuação dos direitos humanos na segurança pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 2, p. 993-1006, fev., 2021.

LOPES, Leandro de Souza. Direitos humanos sob a ótica da segurança pública no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 87808-87819, 2021.

MENEZES, Rafael de Sá. S. Direitos Humanos para a Segurança Pública no Brasil. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 8, p. 394-419, 2009.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. **Democracia, violência e segurança pública no Brasil**. Campina Grande-PB: UFCG, 2019.

SANTOS, Jorge Amaral dos; URRUTIGARAY, Patrícia Messa. Direitos humanos e o uso progressivo da força. novas tecnologias a serviço das forças de segurança pública como ferramentas para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana. **Revista Brasileira de Direito, IMED**, v. 8, n. 2, p. 177-196, jul-dez., 2012.

SANTOS, Simone Maria; OLIVEIRA, Livia Henriques. Direitos Humanos e atuação policial: percepções dos policiais em

relação a uma prática cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 140-156, fev.-mar., 2015.

SERRANO, Ana Silvia. A relação entre cidadania e segurança pública: implicações para a doutrina de polícia. **Revista Ordem Pública**, v. 3, n. 1, p. 106-120, 2010.

SILVA, Christyan Antunes da; VALLE, Luciano do. Direitos humanos e segurança pública: prioridades conflitantes. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 11, p. 73746-73765, nov., 2022.

SILVA, Raimundo Paulino da. Educação e Segurança Pública: uma perspectiva de Cidadania e Direitos Humanos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 15, p. 85-93, out., 2011.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; SANTOS, Maria Angélica Chichera dos. Segurança pública e a possibilidade legal de ampliação da competência da guarda civil municipal. **RDU**, v. 13, n. 73, p. 213-228, jan-fev, 2017.

**JOSERLEY OLIVEIRA BEZERRA**  
Major QOA da polícia militar do estado da Paraíba

- Curso de Habilitação de Oficial - CHO, pela Academia de polícia militar do Cabo Branco
- Curso de aperfeiçoamento de oficiais pelo centro de pós-graduação e pesquisa da PMPB
- Formação em Teologia Reformada, pelo instituto reformado de São Paulo



**OZIVAN LUCENA DE BRITO**  
CAPITÃO QOA da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Curso de Habilitação de Oficial - CHO pela Academia de Polícia Militar do Cabo Branco da Polícia Militar da Paraíba.

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE) da Polícia Militar da Paraíba.

